

JUSTIÇA

Caminho seguido por autoridades brasileiras para atuar frente ao descumprimento de decisões judiciais e ataques do bilionário Elon Musk ao país chama atenção a nível internacional após plataforma recuar e ceder à Suprema Corte

Reação ao X vira parâmetro

» RENATO SOUZA

Rosinei Coutinho/SCO/STF



A decisão de Moraes, em bloquear a plataforma, levantou críticas e receios em razão da limitação da liberdade de expressão dos usuários

Há exato um mês, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), expediu uma decisão determinando o bloqueio da plataforma X (ex-Twitter) em todo o território nacional. O episódio representou o auge de embates entre o bilionário Elon Musk e a Suprema Corte brasileira. O empresário anunciou a retirada de toda sua equipe do país alegando perseguição por parte da Justiça e do governo. Na ocasião, políticos e estudiosos de direita e de esquerda tentaram avaliar os impactos e a influência de Musk a nível internacional.

Trinta dias depois, o X voltou atrás na decisão de enfrentar o Poder Judiciário e Musk baixou o tom que estava adotando contra o Supremo, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e mais especificamente contra Moraes. O protocolo prático adotado pelas autoridades brasileiras é visto como modelo a ser seguido por outros países para limitar a interferência das grandes plataformas em governos e nos ataques contra instituições democráticas. A decisão de Moraes, em bloquear a plataforma, levantou críticas e receios em razão da limitação da liberdade de expressão dos usuários e pelo impacto da suspensão da rede social.

De maneira imediata, 20 milhões de usuários brasileiros do X perderam o acesso. Moraes também impôs multa de R\$ 50 mil por dia para quem usasse alguma ferramenta tecnológica para burlar o bloqueio. Esse trecho da decisão chegou a ser alvo de uma ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que apontou que o magistrado estava penalizando pessoas que não são investigadas e ultrapassando normas constitucionais. O pedido da entidade para que a multa fosse retirada foi engavetado pelo ministro Kássio Nunes Marques.

Sites especializados em tecnologia dos Estados Unidos apontaram que o X perdeu 40 milhões de usuários e que muitas páginas conhecidas no exterior que eram geridas por brasileiros deixaram de ser atualizadas. Além disso, o aplicativo registra queda no Reino Unido, onde passou de 9 milhões de usuários para 5,6 milhões, em agosto, e no próprio território norte-americano, onde uma a cada cinco pessoas que usavam a plataforma deixaram a rede social.

No Brasil, além do bloqueio da plataforma, o X também levou as demais empresas do grupo a sofrerem risco de elevadas perdas econômicas. Moraes determinou o bloqueio de contas, bens, imóveis, automóveis, embarcações e

aeronaves da Starlink — empresa de internet via satélite — em que Musk também é o principal acionista. A provedora chegou a afirmar que não cumpriria a ordem de bloquear o X, mas recuou da decisão diante do risco de ser impedida de operar no maior país da América Latina. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), ao mesmo tempo, autorizou o funcionamento da E-Space, concorrente da Starlink.

O cientista social Fábio de Sá Silva, professor de Estudos Brasileiros da Universidade de Oklahoma, nos Estados Unidos, pesquisador de Justiça, segurança pública e crise democrática, destaca que a reação brasileira a Musk é difícil de ser replicada, mas gera um norte para outras

nações. “Não há dúvida que a reação brasileira serviu, se não de modelo, até porque é difícil de ser replicada, ao menos como uma referência para diversos países e grupos ao redor do mundo que enfrentam problemas com desinformação e discurso de ódio promovidos por plataformas. Exemplo disso foi a carta lançada por influentes acadêmicos denunciando o poder excessivo de plataformas e valorizando o que se fez no Brasil. Eu mesmo recebi consultas de gente de fora do Brasil que queria entender melhor o caso, para entender se poderia fazer algo semelhante em seus próprios países”, relembra.

Para o especialista, Elon Musk esperava uma mobilização social

em torno da volta do X no Brasil. Ele chegou a incentivar e compartilhar posts em que bolsonaristas e outros nomes da direita convocaram atos para 7 de setembro. No entanto, a data ocorreu sem grandes manifestações pelo país. “Há um consenso de que Musk esperava forte comoção em defesa de sua plataforma. Isso não ocorreu. Primeiro, porque houve muita gente que entendeu que a suspensão foi legítima, já que decorrente de desobediência à ordem judicial em caso de doxing de um delegado federal. Depois, porque a vida seguiu, as pessoas foram para outras plataformas. Acho que a lição disso tudo é que indivíduos como Musk só têm poder na medida em que a gente concede”, opina.

Pedido de retorno

Em petição enviada ao Supremo, os advogados do X informaram que a plataforma cumpriu todas as ordens judiciais emitidas pela Corte e solicitaram que o acesso ao serviço da empresa fosse liberado. Entre as determinações cumpridas, de acordo com a entidade, estão a suspensão de perfis acusados de crime, como do senador Marcos do Val (Podemos) e do influenciador Ed Raposo, além do pagamento de multas.

No documento, os representantes da plataforma apontaram que “o X adotou todas as providências indicadas por Vossa Excelência como necessárias ao restabelecimento do funcionamento da plataforma no Brasil”. A obrigação de empresas estrangeiras terem representantes legais no Brasil está prevista no Código Civil. O acesso ao X foi cortado para todos os usuários e o magistrado aplicou multa para quem acessa por rede privada (VPN) ou por outro meio que caracterize o uso de “subterfúgios tecnológicos” para burlar a determinação judicial.

O advogado Ticiano Gadêlha, especialista em Direito da Propriedade Intelectual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), afirma que o episódio deve servir de exemplo para que normas sejam aplicadas às plataformas que atuam no país para impedir que sejam palco de diversos tipos de crimes cometidos por meio do ambiente virtual. “É essencial definir regras claras para o funcionamento das plataformas digitais no Brasil. Com o crescimento das redes sociais e a importância que elas têm na nossa vida, é preciso garantir que as empresas sigam a lei, sem abrir espaço para abusos como fake news, discursos de ódio ou desrespeito às decisões da Justiça. As regras ajudam a proteger tanto os usuários quanto a sociedade em geral”, frisa.

Ato cobra Pacheco por impeachment de Moraes

» ANA MENDONÇA
» GIOVANNA DE SOUZA

Rodrigo Pacheco, não seja bundão, vote o impeachment do Xandão

Bruno Engler (PL), deputado estadual e candidato à Prefeitura de Belo Horizonte

Parlamentares bolsonaristas se reuniram ontem, na Praça da Liberdade, Região Centro-Sul de Belo Horizonte, para uma manifestação em apoio ao impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Durante o evento, deputados, senadores e outros políticos também criticaram o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e defenderam a liberdade de imprensa, além de pleitear a anistia para os presos do 8 de janeiro.

Durante a manifestação, foi inflado no local um boneco gigante de Pacheco segurando uma banana e com os dizeres “se não pautar, vamos cassar”, em referência ao processo de impeachment de Moraes que tramita no Congresso. Em meio ao público, a maioria dos cartazes era contra Pacheco, criticando-o diretamente.

Os discursos focaram principalmente no presidente do Congresso. Parlamentares afirmaram que os eleitores do senador estavam insatisfeitos com sua omissão em relação ao impeachment de Moraes. Os organizadores do evento sustentavam na manifestação que Pacheco foi eleito principalmente pelos bolsonaristas, que buscavam evitar a eleição da ex-presidente Dilma Rousseff ao Senado.

Em discurso, o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) destacou que o Brasil vive uma “democracia de prostituta”, que Moraes é um “psicopata” e que, “se Deus quiser”, a direita voltará ao poder em 2027. Ele insinuou também que não apenas Moraes deveria sofrer um impeachment, mas “(Luís Roberto) Barroso e todos os ministros que acham que são ‘Deus’”. “Nós precisamos destruir tudo, não vamos deixar

passar nada não”, emendou.

O deputado também ressaltou a importância da mobilização da direita: “A gente entende a necessidade de ser visto manifestando. Eu tenho que dizer a vocês, muita gente, principalmente por conta das eleições, ficou desanimada... quando você não vem para as ruas, você está fazendo exatamente o que o Lula quer que você faça.” E citou os manifestantes presos no ato golpista de 8 de janeiro. “A gente sabe que tem muitas pessoas que estão presas, que cometeram, de fato, crimes, mas as penas são totalmente desproporcionais. Eu espero que, de fato, a pacificação que essa turma diz tanto pregar aconteça.”

O deputado estadual e candidato à Prefeitura de Belo Horizonte, Bruno Engler (PL), também participou do ato, afirmando que a pauta não é apenas de Minas Gerais, mas sim do Brasil. “Não é uma pauta de BH, não é uma pauta de Minas Gerais. É uma pauta do Brasil. Eu acho que todo mundo tem o direito de vir. Isso não é um evento da minha campanha. Qualquer outro candidato que quisesse estar aqui poderia. Estar aqui demonstra a coragem de nos posicionarmos ao lado do que acreditamos, defendendo a

liberdade no Brasil”, enfatizou.

Engler reforçou o pedido de impeachment de Moraes em seu discurso. “Rodrigo Pacheco, não seja bundão, vote o impeachment do Xandão”, pediu.

O senador Magno Malta (PL-ES) afirmou à reportagem que, “quando você enjaula uma fera e não dá água nem comida, ela quer sair”. Segundo ele, “o Brasil está sob a influência desse consórcio maligno, que envolve o Tribunal Superior, o Supremo, o presidente do Senado e figuras que representam ideais comunistas”, pontuou.

De acordo com o parlamentar, o suposto consórcio também liga grupos como o “PCC (Primeiro Comando da Capital), o Comando Vermelho e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), que pressionam o país”. “O povo está sufocado. Queremos liberdade, e ela só virá para aqueles que têm coragem. Em nome da grande maioria deste país que não quer conviver com o comunismo ou a falta de liberdade, este evento é absolutamente importante”, opinou.

Estiveram presentes no protesto, ainda, os parlamentares Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG), Eduardo Girão (Novo-CE), Bia Kicis (PL-DF), Marcel Van Hatten (Novo-RS), Eros Biondini (PL-MG), entre outros nomes.

O pedido de impeachment de Alexandre de Moraes foi apresentado por deputados federais em 9 de setembro e aguarda, na mesa de Pacheco, por uma decisão. Alguns senadores também já manifestaram publicamente apoio à saída do magistrado, mas optaram por não assinar o documento.

A decisão de prosseguir ou não com o impeachment cabe ao presidente do Senado que, até o momento, não demonstrou disposição para avançar com o processo.

Leandro Couri/EM/DA-Press



Políticos bolsonaristas de várias cidades marcaram presença no protesto na Praça da Liberdade em BH

Juiz usa versos de cordel para negar impugnação de candidatura na Bahia

O juiz José de Souza Brandão Netto, da 123ª Zona Eleitoral de Araci, cidade a 221 km de Salvador (BA), usou versos de cordel para negar a impugnação da candidatura de Zé de Migué (PP) à Câmara Municipal de Teofilândia, cidade vizinha a Araci, por suposto analfabetismo. A coligação “Juntos Somos Mais Fortes”, dos partidos PSD, PL, Republicanos e Avante, questionou a capacidade de leitura e escrita do candidato do Progressistas e pediu que ele fizesse uma prova para comprovar que é alfabetizado.

Em sua decisão, o magistrado defendeu o direito de todos os cidadãos no processo democrático e afirmou que o candidato apresentou documento que comprova seu nível escolar.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), um dos documentos aceitos para comprovar a alfabetização é a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), apresentada por Zé de Migué.

“Mas tem que não saber ler e não saber escrever uma frase inteligível, para a Justiça te reputar ilegível. O país precisa seguir na luta, pois há mais de 9 milhões de analfabetos fora da disputa. Para o TSE, prova-se a escolaridade do cidadão com Carteira Nacional de Habilitação. O certificado escolar acostado afasta o analfabetismo falado contra o réu impugnado”, diz o juiz.

O quarto parágrafo do artigo 14 da Constituição, que trata dos direitos políticos, prevê que analfabetos e inalistáveis

— estrangeiros e jovens que estão no serviço militar obrigatório — são inelegíveis. O candidato a vereador, de 54 anos, declarou ter o ensino fundamental incompleto.

Dados da Corte Eleitoral mostram que 26 candidatos que concorrem a cargos nas eleições deste ano se declararam analfabetos, sendo que um deles concorre a prefeito: Pedrinho Mazão (PT), em Wenceslau Braz, a 287 km de Curitiba (PR).

De acordo com o Censo de 2022, o número de analfabetos na população com mais de 15 anos caiu 2,6 pontos percentuais, de 9,6% para 7%, em relação aos dados de 2010. Em números absolutos, porém, ainda há 11,4 milhões de brasileiros que não sabem ler nem escrever.